



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 29/01/2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0014493-84.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Quimifort Indústria e Comércio Ltda**
 Embargado: **Banco Mercantil do Brasil Sa**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Quimifort Indústria e Comércio Ltda. opôs embargos à execução que, com fundamento em título executivo judicial, lhe move **Banco Mercantil do Brasil S/A**, dizendo ser indevido o valor cobrado na execução pois contém excessos decorrentes da prática de juros excessivos exigidos pelo embargado, inclusive valor a título de taxa de abertura de crédito no importe de R\$ 3.052,03 e os juros remuneratórios que incidiram sobre esse valor que acabou sendo incluído no valor do empréstimo. A CCB venceu-se em 23.2.2010 e não em 1.2.2010, tendo o embargado aplicado encargos moratórios no período desse seu equívoco, o que também deverá ser expurgado. O embargado aplicou o critério da capitalização, gerando excessos em favor da embargante. Pede a procedência dos embargos para que se reconheça os excessos contratuais praticados pelo embargado, identificando o real valor da dívida exequenda. Deverá ser aplicado tão só os encargos seguintes: correção monetária pelo INPC e juros moratórios a partir da citação, condenando-se o embargado ao pagamento de honorários advocatícios e custas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O embargado impugnou os embargos (fls. 60/68) sustentando que os juros remuneratórios constam do contrato e tem previsão no ordenamento jurídico. A capitalização mensal dos juros foi pactuada, por isso é válida. Não praticou nenhum excesso, pois todas as verbas foram devidamente estipuladas no contrato. Pede a rejeição dos embargos condenando-se a embargante ao pagamento de honorários advocatícios e custas.

Réplica às fls. 70/75. Debalde a tentativa de conciliação (fl. 80, 84/91). Saneador a fl. 96. Documentos às fls. 117/265. Laudo pericial às fls. 277/297. As partes foram intimadas para apresentarem memoriais e não o fizeram.

É o relatório. Fundamento e decido.

A Cédula de Crédito Bancário de fls. 07/09 de n. 7183666-7, foi celebrada pelas partes em 26.10.2009. O valor do empréstimo foi de R\$ 20.000,00. Os juros remuneratórios foram estabelecidos em 4,50% ao mês ou 69,58% ao ano. Significa que foi adotado o critério da capitalização mensal dos juros remuneratórios, ajuste esse também previsto na cláusula 2.7 da CCB, devidamente destacada pelo perito a fl. 282.

Com efeito, a Cédula de Crédito Bancário que embasa o pedido de execução se mostra suficiente em si como título executivo extrajudicial. Não se reclama em relação a esse título o acompanhamento de extratos de movimentação da conta corrente e nem de outros documentos supostamente complementares para lhe assegurar a higidez executiva.

A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial conforme assentado na Súmula 14 do Tribunal de Justiça do Estado. O art. 28, da Lei 10.931/04, não se ressentir de inconstitucionalidade alguma. Referido título é líquido, certo e exigível nos termos da MP n. 1.925/00, reeditada pela MP 21.160-25/2001 e, por fim, transformada na Lei n.10.931, de 2.8.2004 (Apelação n. 0006696-64.2009.8.26.0575, TJSP). Existe incidente de uniformização de jurisprudência reconhecendo que a Lei 10.931 não se reveste de ilegalidade, nos termos do artigo 18 da LC n. 95/98, nem de inconstitucionalidade, conforme observado no AI n. 990.10.142401-0, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, e na Apelação Cível n. 7.362.988-8-15ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

Quanto à capitalização mensal dos juros remuneratórios, tem previsão no inciso I, § 1º, do artigo 28, da Lei n. 10.931/04. Em havendo expressa previsão contratual do critério mensal de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

capitalização, o STJ tem reconhecido sua exigibilidade: REsp 603.643, REsp 1.128.879, REsp 906.054, REsp 915.572, REsp 1.112.879. Como já consignado, houve expressa previsão do critério da capitalização mensal dos juros, daí a sua prevalência.

A CCB de fl. 7 da execução tem como vencimento da dívida 23.2.2010. A planilha de crédito apresentada pelo exequente a fl. 10 tomou como termo inicial de incidência dos juros moratórios de 1% ao mês o dia 1.2.2010, e nesse particular já se vislumbra um excesso cometido pelo embargado, a ser expungido.

O judicioso laudo pericial de fls. 277/297 apurou, depois do expurgo das tarifas e dos excessos de juros, que a dívida exequenda é de R\$ 22.142,54 (fl. 288). As tarifas eliminadas pelo perito decorreram do fato de não terem sido previstas na CCB. Aplicável à espécie os princípios da transparência/informação contratual, os quais têm previsão no CDC. Na ausência de estipulação específica não faz sentido sua exigibilidade, razão da procedência do expurgo efetuado pelo vistor.

O vistor respondeu aos quesitos às fls. 288/291, mantendo a coerência de seu exaustivo trabalho, cujo objeto, abrangência, desdobramento, leitura, interpretação, exame dos extratos da conta corrente e dos avisos de movimentação foram detalhados às fls. 281/286.

JULGO PROCEDENTES em parte os embargos à execução para efetuar o expurgo dos excessos de juros remuneratórios e moratórios, bem como das tarifas não previstas na CCB, reconhecendo que ao tempo da propositura da execução o débito exequendo era de R\$ 22.142,54. A partir da propositura da ação incidirão apenas correção monetária pela Tabela Prática do TJSP, juros de mora de 1% ao mês. A embargante sucumbiu na maior porção do litígio, por isso pagará ao embargado 15% de honorários advocatícios sobre o débito exequendo, além das custas do processo e despesas periciais (o valor destas - R\$ 1.615,00 - já foi satisfeito pela embargante). Subsiste a penhora. Prossiga-se desde já na execução, independente da eventual interposição de recurso de apelação.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA